

O Desafio da América do Sul sob o prisma de uma Ética da Vida após a criação da União de Nações Sul-Americanas

Tiago Miguel Knob¹

Resumo

O desafio da América do Sul, após a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e de seu discurso em resolver os mais graves problemas que afetam a região tais como a pobreza e a miséria persistentes no continente, concentra-se na superação do mito da modernidade eurocêntrica para caminhar na direção da autonomia, identidade, soberania e bem viver dos povos. Sob o ponto de vista de uma filosofia crítica a partir dessa periferia, e fundamentado em esforços de reflexão que afirmam ser esse um continente eivado da expropriação de suas riquezas, bem como da negação sistemática do direito à vida, se constata a exigência de um pensar ético diante das relações entre as nações. Com base na obra *Ética da Libertação - no mundo da globalização e da exclusão* (DUSSEL, 1998), o estudo faz uma breve reflexão crítica sobre o mito da modernidade eurocêntrica para, então, compreender a formação desse modo social de vida que produziu e produz, nesse lado do oceano, uma grande quantidade de vítimas: Na sequência são realizadas reflexões sobre os caminhos para superar o modo de vida modernidade a partir da valorização e autonomia de uma identidade própria, multiétnica e multicultural latino-americana/sul-americana.

Palavras-chave: Ética da Libertação. UNASUL. Modernidade.

El Desafío de América del Sur desde una Ética de la Vida después de la consagración de la Unión de las Naciones Suramericanas

Resumen

El desafío de América del Sur después de la consagración de la Unión de las Naciones Suramericanas (UNASUR) - y de su discurso en tornar resuelto los más graves problemas que afectan la región tales como la pobreza y la miseria persistentes en el continente - concentrarse en la superación del mito de la modernidad eurocéntrica para efectivamente caminar en la dirección de la búsqueda de autonomía, identidad, soberanía y bien vivir de los pueblos. Desde el punto de vista de una filosofía crítica, desde la periferia del planeta y fundado en los esfuerzos de reflexión que afirman ser ese un continente lleno de la expropiación de la riqueza, bien como la negación sistemática del derecho a la vida por poderosas fuerzas, se constata la exigencia de un pensar ético delante de las relaciones entre las naciones, basadas en la obra de *Ética de la Liberación - en el mundo de la globalización y de la exclusión* *in*

¹Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (PROLAM). Área de Concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais. Membro do Observatório de Estudos de Políticas Públicas e Pensamento Latino-Americano da USP e do Núcleo Revitalizando Culturas da UNISUL. Possui treze anos de experiência com crianças e adolescentes que vivem sob a violação de direitos. É sócio-fundador e Vice-Presidente da ONG Ação Cultural Terra Pura em Florianópolis – SC, Presidente do ASASS (Associação São-Miguelense de Assistência Social e Saúde), idealizador e coordenador do Projeto Faz Parte Desse Nosso Carnaval e sócio-fundador do Movimento Capital Juvenil em São Miguel Arcanjo – SP. Correio eletrônico: tiagoknob@yahoo.com.br.

Dussel (1998). El estudio hace una breve desconstrucción del mito de la “modernidad eurocéntrica” para entender la formación de ese modo social de vida que ha producido y aun produce, en ese lado del océano, una grande cantidad de victimas, y realiza reflexiones filosóficas sociales que buscan superar el modo de vida de la modernidad desde la valorización y autonomía de una identidad propia, multiétnica y multicultural latinoamericana/suramericana.

Palabras-clave: Ética de la Liberación. UNASUR. Modernidad.

The Challenge of South America on the Perspective of an Ethics for Life after the creation of the Union of South American Nations

Abstract

South America’s challenge after the creation of the Union of South American Nations (UNASUR) and its speech about solving the most serious problems which affects the region, such as the persistent poverty and misery in the continent, focuses on overcoming the Eurocentric myth of modernity in order to start walking towards autonomy, identity, sovereignty, and the good life of the peoples. Under the point of view of a critical philosophy from this periphery, and based on reflections which affirm that this continent has been riddled by its wealth expropriation, as well as by the systematic deny of the right of life, it is noted the need of thinking ethically about the relations among nations. Based on the work *Ética de la Libertación en la edad de la globalización y la exclusion* (DUSSEL, 1998), this paper makes a brief critical reflection about the myth of Eurocentric modernity in order to understand the formation of this style social life, that produced and produces a great quantity of victims. and performs social philosophical reflections which aim to overcome the modernity way of life by the appreciation and autonomy of a Latin/South American own identity, multiethnic and multicultural. In the following part reflections on the ways to overcome the modern way of life including the value and autonomy of a multi-ethnic e multi-cultural Latin/South American modernity are presented.

Keywords: Ethic of liberation. UNASUL. Modernity.

Introdução

O estudo da Ética se faz imprescindível aos agentes sociais que atuam e refletem sobre a realidade atual. Milton Santos (2002) utiliza o termo “globalização perversa” para caracterizar uma globalização econômica assimétrica cujo objetivo é a expansão dos capitais sem, contudo, levar em consideração seus impactos sociais perversos. Nesse processo, o Estado fica refém de uma configuração do capitalismo mundial caracterizada, por Chesnais (1996), pelo poder exercido pelo mercado a partir da centralização de gigantescos capitais financeiros.

Não se pode mais estudar fenômenos políticos internacionais sem levar em conta, como conteúdo último e fundamental, o desenvolvimento da vida concreta de cada sujeito humano em comunidade. Concordamos com Vieira (2010) e sua afirmação de que, para uma percepção crítica do ordenamento mundial é preciso, em primeiro lugar, identificar elementos

constitutivos da realidade, como identidades, agentes, estruturas, ideologias, processos, lógicas, mudanças, permanências e, em última instância, as vítimas do sistema vigente.

Esse artigo se fundamenta em pensadores orgânicos que, desde esse lugar, elegeram a busca de fundamentos para uma Ética da Vida tendo como base a obra *Ética da Libertação – num mundo da globalização e da exclusão*, de Enrique Dussel (1998), para discutir as direcionalidades para a construção de uma sociedade igualitária a partir da posição das vítimas dessa periferia do planeta onde já se experimenta o fruto da negação das negações e, mais, da afirmação de utopias em construção. Nesse processo se constata a autoafirmação do ser sul-americano como sujeito sócio-histórico em suas novas instituições e organizações autóctones. Essa presença de um novo sujeito propulsor de sua própria história é um dos fundamentos para a conquista da soberania, autossustentação e afirmação da própria identidade.

Seguindo tais conceitos e fundamentado em esforços de reflexão voltados para o contexto histórico sul-americano/latino-americano, se afirma ser esse um continente eivado da expropriação de suas riquezas, exploração e dependência, bem como da negação sistemática do direito à vida. Este trabalho afirma a necessidade de analisar a consistência e factibilidade ética do diálogo integrado entre as nações.

Em 23 de maio de 2008, na cidade de Brasília, os chefes de Estado da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, realizaram o ato de criação da União de Nações Sul-Americanas - UNASUL. Seu Tratado Constitutivo faz referência à história compartilhada e solidária de suas nações multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, afirmando que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de seus povos. Objetiva, assim, contribuir para a solução dos problemas que afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes. O Tratado afirma a determinação dos países membros em construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, contribuindo para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe (UNASUL, 2008).

O discurso de uma Utopia Factível

No que se refere às relações internacionais entre nações, o Acordo firmado por todos os países da América do Sul possui elementos que criam condições para que questões referentes aos graves problemas latino-americanos possam, pela primeira vez na história do continente, serem discutidos e trabalhados de forma integrada pelos 12 países membros da

UNASUL. Isso porque, em cada área das esferas de governo e das ações humanas, a organização formada permite que as diplomacias dos países possam identificar oportunidades e negociar acordos apropriados. Como fundamento é estabelecido o diálogo simétrico e autônomo dos países sem a presença, pela primeira vez na história da região, de nações de fora da América do Sul. Pode-se inferir que fica subjacente a esse diálogo a intenção de resolver os graves problemas que afetam a região. Além disso, pode-se conformar uma identidade própria, que é o contraponto necessário e fundamental para o caminho a ser traçado para construção da soberania, autonomia e autoafirmação dos povos latino-americanos/sul-americanos. Identidade essa que se encontra latente nas vítimas do modo social de vida denominado modernidade.

Não se encontra explícita no Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas o objetivo de superar o modo social de vida da modernidade. Não se encontra, de fato, qualquer referência contra-hegemônica ao sistema vigente, à economia capitalista, ao processo denominado por Chesnais (1996) de “mundialização do capital”. Porém, a UNASUL *deve ser*, por dever ético, um contraponto ao neoliberalismo, à mundialização do capital; *deve ser* forma de unir forças econômicas e políticas frente às grandes nações e corporações mundiais. Encontramos, no Acordo, afirmações sobre o fortalecimento da identidade sul-americana. Esse é o contraponto específico e necessário ao modo social de vida denominado modernidade que necessita ser encontrado e fortalecido pelos povos da América do Sul. Trata-se de um ponto fundamental para a superação de nossos problemas, porque a miopia causada pelo mito da modernidade nas periferias do planeta impede o desenvolvimento de uma identidade própria de seus povos.

Para Dussel (2000), o mito da modernidade eurocêntrica é um problema fundamental para a definição da identidade Latino-Americana. Quijano (2005, p. 24) complementa:

a colonialidade do poder implicava, e ainda hoje no fundamental, a invisibilidade sociológica dos não-europeus, “índios”, “negros” e seus “mestiços”, ou seja, da esmagadora maioria da população da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento “racional”. Logo, de identidade (QUIJANO, 2005, p. 24).

A des-construção da modernidade

O mito da modernidade eurocêntrica, dita racional, de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico apurados, que assume como própria as pretensões de igualdade,

liberdade, riqueza e propriedade para todos é, para Dussel (1998, 2000), a expressão de um necessário processo de simplificação por racionalização do mundo da vida, de seus subsistemas econômico, político, cultural, religioso etc. Para esse autor, a Europa se viu obrigada a realizá-lo para gerenciar o gigantesco sistema-mundo que se formava com o descobrimento da América. Este processo de simplificação por racionalização do mundo da vida, fundamentado a partir das exigências de eficácia e de factibilidade tecnológica de rendimento econômico, necessários para administrar e gerir o processo de colonização imposto pela Europa, nega diversos aspectos das ações humanas. A mais importante, para Dussel (1998), ao lado da subjetividade solipsista sem comunidade, é a negação da corporalidade, da própria vida humana em última instância, que decore da afirmação de uma forma única, ocidental, racional, de produção da vida:

A “racionalização” da vida política (burocratização), da empresa capitalista (administração), da vida cotidiana (ascetismo calvinista ou puritano), a descorporalização da subjetividade (com seus efeitos alienantes tanto no trabalho vivo – criticado por Marx –, como em suas pulsões – analisados por Freud), a não-eticidade de toda gestão econômica ou política (entendida só como engenharia técnica), a supressão da razão prático-comunicativa substituída pela razão instrumental, a individualidade solipsista que nega a comunidade etc. (DUSSEL, 1998, p. 63).

Não cabe nesse espaço aprofundar os estudos referentes à formação do sistema econômico capitalista e do modo de vida modernidade. Trata-se de realizar uma reflexão filosófica social com o intuito de valorizar uma subjetividade sul-americana/latino-americana capaz de dar respostas e soluções aos problemas que afetam a região. Esse é um fundamento para a transformação da realidade. Porém, antes, para tal transformação é preciso des-construir o já dado e negar a negação que pesa sobre os ombros das vítimas de um determinado sistema de eticidade. Essa ação exige uma consciência ético-crítica como pressuposto para a mudança da realidade: a des-construção do que aparece como dado é um caráter decisivo na construção do futuro.

Qualquer ação, instituição ou sistema de eticidade se ‘deposita’ como algo acontecido, feito, como uma realidade passada, que se produz e reproduz. Enquanto tal é o ponto de partida para qualquer ação futura [...] mas, ao mesmo tempo, é o “opaco”, o que oculta, o que disciplina e começa a limitar, oprimir, dominar: é a dupla face de toda a instituição. A distância entre o já “dado” e o por dar-se (o “desenvolvimento”), mas “impedido” pelo “habitual”, exige saber des-construir o “já dado” para dar passagem ao novo. Esta des-construção é um processo *negativo*, crítico. (DUSSEL, 1998, p. 301)

A formulação eurocêntrica da modernidade, pautada pela razão e pela suposição do amadurecimento da humanidade, tem sua outra face, que se constitui da irracionalidade, da violência, da escravidão, da expropriação de terras, da produção de vítimas. Ao superarmos a visão eurocêntrica, permitimos, de acordo com Dussel (2000), “des-cobrir”, pela primeira vez, a “outra cara” oculta e essencial à “Modernidade”: “el mundo periférico colonial, el índio sacrificado, el negro esclavizado, la mujer oprimida, el niño y la cultura popular alienadas etc (las ‘víctimas’ de la ‘Modernidad’) como víctimas de un acto irracional (como contradicción del ideal de la misma Modernidad)” (DUSSEL, 2000, p. 49).

Dessa forma, vale lembrar que a racionalização do mundo da vida e a solução encontrada para a gestão eficaz do sistema-mundo que se abriu à Europa com o descobrimento, que constituiu a formação do sistema econômico capitalista e a forma de vida denominada modernidade foi “a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 16). Iniciada pela Espanha, a forma de agir racionalmente foi a desintegração, parafraseando Quijano (2005), dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie humana: as sociedades Ameríndias. Foi o extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total, posteriormente, foi estimado em mais de cem milhões de pessoas. Foi a eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências: seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. São esses os povos que por quinhentos anos sofreram e sofrem com a dependência e a submissão de suas culturas pela hegemonia mundial ocidental moderna que produziu e produz:

[...] a continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de idéias, de imagens, de símbolos. Em outros termos, de símbolos, de alfabeto, de escrita, de artes visuais, sonoras, audiovisuais (QUIJANO, 2005, p. 16).

A vida humana do sujeito latino-americano, do índio, do negro arrebatado das aldeias africanas para a colheita da riqueza europeia, se reduziu, pela racionalidade moderna, à pura e simples força de mão de obra. Seres que não vivem para si, mas para a cobiça e ambição de

um mercado mundial liderado pela Europa central, por um sistema econômico capitalista, por uma forma de viver denominada modernidade. Quijano (2005) complementa:

[...] para a América e, em particular, para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que, à dominação colonial, à racionalização, à re-identificação geocultural e à exploração do trabalho gratuito, fosse sobreposta à emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/racionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização (QUIJANO, 2005, p. 23).

Entendendo que o processo de formação da modernidade começa no final do século XV com a descoberta da Ameríndia, num processo renascentista pré-moderno, a América Latina faz parte da modernidade desde o momento de sua conquista e colonização. A afirmação de sua exclusão da modernidade é a primeira vítima que a modernidade necessita para se constituir. Sendo assim, apoiados na posição segundo a qual se considera o “processo da modernidade como a indicada ‘gestão’ racional do sistema-mundo” (DUSSEL, 1998, p. 65), se busca recuperar o recuperável da modernidade e negar a dominação e exclusão no sistema-mundo:

É, então, um projeto de libertação da periferia negada desde a origem da modernidade. [...] O problema que se descobre é o esgotamento de um sistema civilizatório que chega a seu fim. A superação da *razão cínico-gerencial* (administrativo-mundial) do capitalismo (como sistema econômico), do liberalismo (como sistema político), do eurocentrismo (como ideologia), do machismo (na erótica), do predomínio da raça branca (no racismo), da destruição da natureza (na ecologia), etc., supõe a libertação de diversos tipos de vítimas oprimidas e/ou excluídas. É neste sentido que a ética da libertação se define como transmoderna (DUSSEL, 1998, p. 65).

A modernidade, dessa maneira, enfrenta a impossibilidade de subsumir as populações, economias, culturas, nações que atacou e agrediu desde sua origem. Para considerar do Acordo firmado pelos doze países da América do Sul na criação da UNASUL, e o discurso de integrar os povos com o objetivo de resolver os mais graves problemas que ainda afetam a região, como uma utopia factível Latino/Sul-Americana, é preciso levar em conta, centralmente, o tema da exclusão da alteridade da América Latina do horizonte da modernidade desde sua origem e superá-la. “O sistema-mundo globalizador exclui o Outro, que resiste e de cuja afirmação parte o processo de negação da crítica da libertação” (DUSSEL, 1998, p. 67).

O desafio, portanto, dos países integrados da América do Sul se concentra, fundamentalmente, em superar o modo de vida denominado modernidade a partir do

fortalecimento, valorização e autonomia de uma identidade multiétnica, plurilíngue e multicultural própria latino-americana, para ir além do discurso firmado pelos países membros da UNASUL e efetivamente solucionar os problemas que ainda afetam a região a partir da institucionalidade e da estrutura formada com a UNASUL. Este é o ponto mais vulnerável, hoje, da integração dos países sul-americanos e, portanto, a justificativa da necessidade do estudo de uma ética da vida a partir das vítimas desta periferia do planeta, das vítimas da modernidade.

3 A superação da modernidade

As reflexões, feitas a seguir, sobre a efetiva transformação na vida do sujeito sul-americano. se inicia na esperança da utopia: “A esperança na utopia possível abre o espaço que cobre a distância entre a factibilidade e sua efetiva realização. É uma utopia da vida que pretende vencer as utopias da morte” (DUSSEL, 1998, p. 563). Para o autor, são as utopias que justificam a existência das vítimas.

Criada a utopia factível, a esperança de efetivamente libertar a vítima se torna possibilidade e obrigação. Para tal, o autor anuncia o *princípio libertação*:

A práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade (subjetiva e social) tendo como última referência sempre alguma vítima ou comunidade de vítimas. A possibilidade de efetivamente libertar as vítimas é o critério sobre o qual se funda o princípio mais complexo desta ética – que subsume todos os outros princípios num nível mais concreto, complexo, real e crítico” (DUSSEL, 1998, p. 558).

Apoiados em Dussel (1998), se afirma o *dever-ser* que obriga eticamente a se realizar a dita transformação, exigência que é cumprida pela própria comunidade de vítimas, sob sua responsabilidade, e que se origina como normatividade a partir da existência de um certo poder ou capacidade dessa vítima. O *princípio libertação* obriga a cumprir por dever o acordo já definido:

[...] é obrigatório para todo ser humano – embora frequentemente só assumam esta responsabilidade os participantes da comunidade crítica das vítimas – transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, que produzem a negatividade da vítima (DUSSEL, 1998, p. 564).

Libertar, para o autor, não é só quebrar as cadeias (o momento negativo no qual a obrigação ético-libertadora impõe sempre o dever de enfrentar a des-construção das causas da negatividade da vítima), mas desenvolver (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) “a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição de o Mesmo – e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas” (DUSSEL, 1998, p. 566).

A UNASUL (1998) possui, em sua estrutura, a partir de seu Tratado Constitutivo, elementos que possibilitam que os países sul-americanos criem ações que abram oportunidades para que a vítima sul-americana possa desenvolver a própria vida em comunidade a partir do fortalecimento da participação cidadã simétrica, do reconhecimento da própria identidade, de ações integradas entre os doze países no que se refere, por exemplo, à educação etc.. Porém, trata-se agora de colocar a utopia possível efetivamente em prática, a partir das estruturas ou instituições do sistema criado onde a vítima possa viver, e “viver bem” (que é a *nova* “vida boa”); “é tornar livre o escravo; é culminar o ‘processo’ da libertação como ação que chega à liberdade efetiva do anteriormente oprimido. É um ‘libertar *para*’ o *novum*, o êxito alcançado, a utopia realizada” (DUSSEL, 1998, p. 566).

Para a libertação das vítimas do sistema vigente, o novo paradigma deve ter valores críticos, fundantes de novos juízos de valor como desenvolvimento crítico da vida de cada sujeito humano em novo âmbito de acesso à realidade, pois os antigos valores tidos como verdade foram des-construídos pela crítica ao sistema vigente. Portanto, é fundamental des-construir efetivamente o modo social de vida da modernidade e superá-la a partir do encontro da própria identidade sul-americana fortalecida, com sua *unidade* multicultural e multiétnica.

Para dar início a reflexões mais amplas, possíveis em estudos posteriores, se considera o diálogo sul-sul com outra periferia do planeta, a África, que dá um exemplo de afirmação da identidade, a essência de um caminho a ser percorrido para a afirmação da própria forma de entender o mundo.

A partir de uma filosofia crítica africana, Eboussi Boulaga, filósofo africano, como todo filósofo crítico da periferia, situa-se diante do horizonte da modernidade para explicar sua realidade de dominado, da África Muntu:

[...] a oposição dominador-dominado repercute em todas as esferas onde se repete a contradição dos que são em referência aos que não são, dos que têm sobre os que não têm. O vencido define-se por suas privações, que proclama como negação a

superioridade do senhor [...]. A filosofia, entre muitas atividades e objetos, aparece como alegoria do poder do vencedor” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 74).

Muntu significa, em bantu, algo como “o ser humano” cuja existência está lançada no mundo africano periférico, colonial, desgarrado, contraditório. Um ser que nega a si mesmo ao se identificar com seu senhor. Parafraseando Boulaga, ao se identificar com o senhor, o *Muntu* quando olha para si mesmo nega seu ser originário. Quando o ser humano periférico colonizado deseja afirmar sua exterioridade, não encontra saída ao se deparar com o estilo social de vida do que chamamos modernidade, o estilo do dominador: “logicamente, a negação da negação de si ocupa o lugar da afirmação vazia do sujeito, que busca seus atributos, os do ser humano em geral, através da liberdade, da ideologia do desenvolvimento, do Estado e da eficácia” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 74).

Para possibilitar a positividade autocrítica do ser *Muntu* sobre a negação exposta e expressa na vida do dominado, da alteridade excluída africana, estuda-se alguns pontos da exposição do filósofo africano a partir de Dussel: “É real o que preserva em si o *originário*... É real o que preserva em si o *originário* como o que provém na forma do hierarquizado e genealógico. É real o que preserva o *originário* como destino sob a forma de reintegração” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 74).

O “real” é a referência ao “originário” no tempo passado e no presente, a “força vital” que se exprime pela palavra, pelo “nome”, pela “língua”, pelo “costume”, pela “etnia”, pelo “indivíduo”. “O ‘real’ excluído, exterior e anterior ao ser periférico do oprimido, guarda uma ‘ordem’, uma ‘hierarquia’, uma ‘genealogia’ para com o originário” (DUSSEL, 1998, p. 75). Segue Boulaga: “a sucessão das gerações determina e avalia o lugar dos indivíduos pelo fato de ser maior ou menor a distância que os separa da origem ou daquilo que os atualiza no representá-los [...]. A autenticidade não é senão esta autorização permanente da origem, é esta a atualidade da força originária” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 75).

A tradição, portanto, parafraseando Dussel, é a mediação que no símbolo unifica a pluralidade genealógica, a harmonia universal que se atualiza no saber. Para Boulaga (*apud* DUSSEL; 1998, p. 75), “o saber é a celebração da força vital para se reintegrar. O saber é o conhecimento do ser simbólico das coisas para desempenhar a função de conexão e mediação”. Dessa maneira, o ritmo, essência cultural africana, aparece nas reflexões da filosofia crítica daquela periferia do planeta como referência do todo do universo:

O tempo passa e volta, a força que se expande e recomeça manifesta a eternidade do Poder sem cessar emanante e expansivo da origem [...]. A

periodicidade é o tempo substancial das coisas [...]. Tudo é alternância, ritmo [...]. O ritmo é vital [...]. O ritmo produz o êxtase, a saída de si que identifica com a força vital [...]. Não seria exagerado dizer que o ritmo é a *arquitetônica do ser*, que, para o ser humano da civilização cuja filosofia expomos, a experiência fundamental, que escapa a todos os ardis do gênio maligno [de Descartes], e que permanece fora de toda dúvida, é: *Je danse, donc je vis* (Eu danço, portanto vivo) (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 75).

A essência do ser humano, expressa em sua corporalidade pelo filósofo africano como “eu danço, portanto vivo”, inspira a construção de um “novo mundo” a partir da essência do ser daquela periferia do planeta. Outros valores, outra forma de entender e caminhar pelo mundo se realizaria ali, naquele local, onde o ser humano assume sua essência, sua origem; *outra* essência, diferente da “imposta” pelo colonizador/dominador. Porém, o originário, anterior e excluído à colonização, está perdido no mundo moderno: “o sistema global desvela a miséria de seu conteúdo que o conduz à esterilidade, à repetição monótona de afirmações vazias e grandiloquentes” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 75).

O autor africano, todavia, responde a essa problemática como um processo que não pode voltar ao passado, como folclore, e tão pouco ignora o projeto moderno:

[...] o círculo da dialética se nega ao patético, à problemática que se representa na consciência do *Muntu* desgarrado entre *dois mundos*, estirado entre o passado e o presente, sem saber como reconciliá-los. Este tema teórico, rico de efeitos, não chega a ser pensado. O *Muntu* é um e o mundo também é um. Eles são a unidade das contradições múltiplas. Sua unidade não é senão um *processo de unificação*” (BOULAGA *apud* DUSSEL, 1998, p. 76).

A partir destas reflexões pode-se concluir que para a América do Sul superar efetivamente seus problemas deve-se encontrar o caminho a ser traçado para unificar seus saberes, fortalecer sua própria identidade e superar o mito da modernidade.

Considerações Finais

A identidade sul-americana encontra-se latente nas vítimas deste continente explorado em toda sua história e em seu presente. Portanto, se reconhece a construção de um fator importante e necessário nesse momento histórico: a valorização de uma subjetividade cultural sul-americana preñe de originalidade e capaz de oferecer a riqueza de sua diversidade para o

justo bem viver entre os povos. Essa diversidade é uma característica fundamental para a superação de nossos problemas e foi esquecida no processo de convivência entre os povos.

Só quando os índios e suas distintas culturas espalhadas por essas terras, os negros das periferias das cidades do continente e os Quilombos, os trabalhadores do campo explorados, os pescadores de vilas e comunidades etc. fizerem parte das discussões, tomadas de decisões, e suas vozes e maneiras de ver e entender a vida forem ouvidas, respeitadas será possível sua autonomia e poderemos entender quem somos, realizando o *processo de unificação* exposto por Boulaga para fortalecer a *unidade diversa e multicultural* da nossa própria identidade, fazendo parte, como sujeitos autônomos da história da superação do modo social de vida denominado modernidade que, para nós, é causa de extremo sofrimento.

Referências

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. (Comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2000. p. 55-70.
- _____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro Ed. Record, 2002.
- UNASUL. *Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas*. Brasília, 23 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.amersur.org.ar/Integ/UNASUR0805.htm>. Acesso em: 11 Mai. 2011.
- VIEIRA, Ronaldo. *Foucault em casa: aspectos discursivos da construção da comunidade sul-americana de nações (2004-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.